

PARECER Nº 285/2022

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Processo – 7641/2022

Autor – Vereador Sargento Joelson

Assunto– Projeto de Decreto Legislativo para conceder o Título de Cidadã Cuiabana a Sra. Márcia Ribeiro da Rocha Tropeia.

EXAME DA MATÉRIA

Nos termos do artigo 49, inciso I, do Regimento Interno desta Casa de Leis, passamos a analisar os aspectos legais, constitucionais, regimentais e técnicos do projeto de Decreto Legislativo nº 103/2022, de autoria do vereador retro qualificado, o qual dispõe sobre a concessão de título de Cidadã Cuiabana a Sra. **Márcia Ribeiro da Rocha Tropeia**.

Aportaram os autos para o devido exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa por parte desta Comissão.

Inicialmente, ressalta-se que o presente processo teve tramitação regular e em conformidade com o processo legislativo constitucionalmente previsto, bem como com as demais legislações pertinentes, em especial o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nesse sentido, a **Resolução nº 002/2012 e alterações trazidas pela Resolução 19/2020**, que regulamenta a Concessão de títulos honoríficos no âmbito do poder legislativo municipal, condiciona a concessão do título de Cidadão Cuiabano a quem não tenha nascido no município de Cuiabá e comprovadamente tenha prestado relevantes serviços à Cuiabá (art. 3º), atendidos ainda os seguintes requisitos:

Art. 1º, § 2º Farão jus às honrarias todas as personalidades nacionais ou estrangeiras, que se achem dignas de homenagem por se destacarem na Comunidade Cuiabana, preenchidos os seguintes requisitos:

- a) Idoneidade moral;*
- b) Prestação de relevantes serviços ao Município;*
- c) Biografia completa da pessoa que se deseja homenagear;*



- d) *Apresentar cópia de RG/CPF ou CNH;*
- e) *Apresentar certidão criminal de primeiro e segundo grau da Justiça Estadual*
- f) *Apresentar certidão nominal de primeiro e segundo grau da Justiça Federal.
(Nova redação dada pela Resolução nº 019, de 17/09/2020, publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCE nº 2015 de 23/09/2020)*

Analisando o processo, constata-se que a homenageada atende aos requisitos disciplinados na Resolução, fazendo jus ao recebimento do título de Cidadão Cuiabano.

Com efeito, a documentação que instrui os autos encontra-se devidamente encartada na aba “anexos avulsos”, em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta comissão conclui que o projeto de Decreto Legislativo nº 103/2022 atende aos requisitos legalmente previstos, de modo que esta Comissão opina pela concessão ao título de Cidadã Cuiabana a homenageada.

DO VOTO:

VOTO DO RELATOR PELA APROVAÇÃO.

Cuiabá-MT, 25 de maio de 2022



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 320032003400350034003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Lilo Pinheiro (Câmara Digital)** em 25/05/2022 14:53

Checksum: **9BC6748E79CEFE1633FF0514B8B5ECFCA3E505EB4DCF094AE69DDDB88AAE4469**



Autenticar documento em <http://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> com o identificador 320032003400350034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

